

Travessia Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros II S.A.

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente

Em 31 de dezembro de 2018

Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018	13

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes

Avenida Engenheiro Luís Carlos Berrini,
105 - 12º andar
Edifício Berrini One | Itaim Bibi
São Paulo | SP | Brasil

T +55 11 3886.5100

Aos Administradores e Acionistas

Travessia Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros II S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Travessia Companhia Securitizadora de Crédito Financeiros II S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Travessia Companhia Securitizadora de Crédito Financeiros II S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e o seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos atenção para a nota explicativa 11.2 referente ao passivo a descoberto da Companhia no montante de R\$ 8.658.963 em virtude do descasamento da operação ocorrido durante o exercício e que serão revertidos nos próximos períodos. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente preparadas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), controles internos determinados como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração da Companhia é responsável pela avaliação da capacidade de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

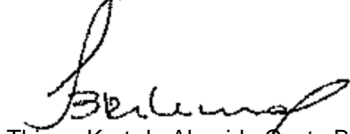
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 30 de abril 2019



Thiago Kurt de Almeida Costa Brehmer
CT CRC 1SP-260.164/O-4

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC SP-025.583/O-1

Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros II S.A.

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em reais)

ATIVO

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	4	7.416.647	1.002
Impostos a recuperar	6	24.780	-
Empréstimos e recebíveis	5.d	26.736.243	-
Provisão para perdas	5.e	(2.282.723)	-
Total do ativo circulante		<u>31.894.947</u>	<u>1.002</u>
Total do ativo		<u>31.894.947</u>	<u>1.002</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros II S.A.

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Passivos			
Fornecedores	7	9.583	-
Impostos e contribuições a recolher	8	2.210	-
Partes Relacionadas	10	369	2
Debêntures	9.4	28.010.760	-
Total do passivo circulante		<u>28.022.922</u>	<u>2</u>
Passivo não circulante			
Dação debêntures	9.5	<u>12.530.988</u>	-
Total do passivo circulante		<u>12.530.988</u>	-
Patrimônio líquido			
Capital social	11	10.000	1.000
Prejuízos acumulados		<u>(8.668.963)</u>	-
Total do patrimônio líquido		<u>(8.658.963)</u>	<u>1.000</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>31.894.947</u>	<u>1.002</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros II S.A.

Demonstração do Resultado Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e período de 04 de outubro (início das atividades) a 31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>04/10/2017 a 31/12/2017</u>
Receita líquida	12	14.105.852	-
Custo dos serviços prestados	13	(20.461.640)	-
Lucro (prejuízo) bruto		<u>(6.355.788)</u>	<u>-</u>
(Despesas) receitas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	14	(138.028)	-
Despesas tributárias	14	(5.554)	-
Provisão para perdas na carteira	5.e	(2.282.723)	-
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		<u>(8.782.093)</u>	<u>-</u>
Receitas financeiras	15	114.690	-
(Despesas) financeiras	15	(1.560)	-
Lucro/ (prejuízo) financeiro antes do imposto de renda e contribuição social		<u>113.130</u>	<u>-</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>(8.668.963)</u>	<u>-</u>
Prejuízo líquido do exercício		<u>(8.668.963)</u>	<u>-</u>
Resultado básico e diluído por ação referente às ações ordinárias		<u>(866,896)</u>	<u>-</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros II S.A.

Demonstração do resultado abrangente Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e período de 04 de outubro (início das atividades) a 31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em reais)

	<u>31/12/2018</u>	<u>04/10/2017 a 31/12/2017</u>
Resultado líquido do exercício	(8.668.963)	-
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do período	<u><u>(8.668.963)</u></u>	<u><u>-</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros II S.A.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e período de 04 de outubro (início das atividades) a 31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em reais)

	<u>Capital social</u>	<u>Capital a integralizar</u>	<u>Lucros / (prejuízos) acumulados</u>	<u>Total do patrimônio líquido</u>
Saldos em 04 de outubro de 2017	-	-	-	-
Capital social subscrito	10.000	-	-	10.000
Capital a Integralizar	-	(9.000)	-	(9.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>10.000</u>	<u>(9.000)</u>	<u>-</u>	<u>1.000</u>
Capital Integralizado	-	9.000	-	9.000
Resultado do exercício	-	-	(8.668.963)	(8.668.963)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u>10.000</u>	<u>-</u>	<u>(8.668.963)</u>	<u>(8.658.963)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros II S.A.

Demonstração dos Fluxos de Caixa - método indireto

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e período de 04 de outubro (início das atividades) a 31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>04/10/2017 a 31/12/2017</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		(8.668.963)	-
Ajustes por:			
Provisão para perdas		2.282.723	-
Dação debêntures		12.530.988	-
Variação nos ativos e passivos			
(Aumento) nos impostos a recuperar		(24.780)	-
(Aumento) na carteira de créditos		(26.736.243)	-
(Aumento) em fornecedores		9.583	-
(Aumento) em impostos e contribuições a recolher		2.210	-
(Aumento) em partes relacionadas		367	2
(Aumento) em debêntures		28.010.760	-
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		<u>7.406.645</u>	<u>2</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Integralização de capital	11	9.000	1.000
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento		<u>9.000</u>	<u>1.000</u>
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa		<u>7.415.645</u>	<u>1.002</u>
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício/ período	4	1.002	-
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício/ período	4	<u>7.416.647</u>	<u>1.002</u>
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa		<u>7.415.645</u>	<u>1.002</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros II S.A.

Demonstração do Valor Adicionado (DVA) Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e período de 04 de outubro (início das atividades) a 31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>04/10/2017 a 31/12/2017</u>
Receitas			
Receita de serviços	12	14.105.852	-
		14.105.852	-
Insumos adquiridos de terceiros			
Custo dos serviços prestados	13	(20.461.640)	-
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	14	(138.028)	-
		(20.599.668)	-
Valor adicionado (consumido) bruto			
		(6.493.816)	-
Provisão para perdas na carteira	5.e	(2.282.723)	-
Valor adicionado (consumido) líquido			
		(8.776.539)	-
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas / Despesas financeiras	15	113.130	-
		113.130	-
Valor adicionado (consumido) a distribuir			
		(8.663.409)	-
Distribuição do valor adicionado			
Impostos, taxas e contribuições	14	5.554	-
Lucros/prejuízos do período		(8.668.963)	-
Valor adicionado distribuído			
		(8.663.409)	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (Valores expressos em reais)

1. Contexto operacional

A Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros II S.A. (“Companhia”), foi constituída por meio da Assembleia Geral de Constituição, realizada no dia 04 de outubro de 2017.

O objeto social da Companhia é a: **(i)** aquisição e securitização de créditos oriundos de operações praticadas por bancos múltiplos, e pelas demais entidades pertencentes ao seu conglomerado financeiro desde que enquadradas nos termos do artigo 1º da Resolução do CMN nº 2.686/00; **(ii)** a emissão e a colocação, privada ou junto aos mercados financeiro e de capitais, de qualquer título ou valor mobiliário compatível com suas atividades, respeitados os trâmites da legislação e da regulamentação aplicáveis; **(iii)** a realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos supracitadas; e **(iv)** a realização de operações de hedge em mercados derivativos visando à cobertura de riscos na sua carteira de créditos.

Os Créditos Financeiros a serem adquiridos pela Emissora com os recursos da presente Emissão serão representados por direitos creditórios decorrentes de operações de crédito realizadas entre o Banco Mercantil do Brasil (BMB) e determinados clientes do BMB que sejam aposentados ou pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (“INSS”) e que mantenham conta corrente ativa no BMB e recebimento do benefício pago pelo INSS na referida conta corrente.

2. Apresentação demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e apresentadas em reais conforme a moeda funcional da Companhia (Real), as quais abrangem a legislação societária (contendo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638 aprovada em 28 de dezembro de 2007), as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A Administração da Companhia declara e confirma que todas as informações relevantes próprias contidas nas demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria e sua emissão foi autorizada em 30 de abril de 2019.

2.1.1. Bases de mensuração

As demonstrações contábeis são elaboradas considerando-se o custo histórico como base de valor, ajustadas quando aplicável para refletir os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A Companhia elabora suas demonstrações contábeis, exceto as informações de fluxo de caixa, utilizando a contabilização pelo regime de competência.

2.1.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são preparadas usando a moeda funcional (moeda do ambiente econômico primário em que a Companhia opera). Ao definir a moeda funcional da Companhia a Administração considerou qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda dos serviços prestados e a moeda na qual a maior parte do custo de sua prestação de serviços é paga ou incorrida. As demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2018 são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

2.1.3. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis está de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Para efetuar as referidas estimativas, a Administração utiliza as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações contábeis, bem como a experiência de eventos passados e correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros.

As estimativas e premissas, quando necessárias, são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas respectivamente.

3. Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração dessas demonstrações contábeis são as seguintes:

3.1 Apuração do resultado

As receitas, custos e despesas são contabilizados pelo regime de competência, incluindo os efeitos das variações monetárias computados sobre ativos e passivos indexados.

3.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixas e equivalentes de caixa incluem os montantes de caixa e aplicações financeiras com prazo para resgate de até 90 (noventa) dias da data da aplicação. As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos balanços e não superando o valor de mercado.

3.3 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros incluem depósitos bancários, aplicações financeiras, carteiras de crédito financeiro adquiridas, assim como contas a pagar e outras dívidas.

A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

De acordo com CPC48, o ativo financeiro sob categoria de instrumentos financeiros mantidos para negociação é classificado pelo valor justo por meio do resultado.

3.4 Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída a provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável, quando aplicável. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não apurou a necessidade de ajustes por recuperação de ativos.

3.5 Provisões, ativos e passivos contingentes

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são apresentadas de acordo com as regras estabelecidas no CPC 25:

- (i)** Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados;
- (ii)** Obrigações legais são registradas na mesma rubrica dos passivos contingentes, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Companhia questionou a inconstitucionalidade de tributos.

3.6 Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda e contribuição social são contabilizadas pelo regime de lucro real e foi constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado.

3.7 Lucro ou prejuízo por ação

De acordo com o CPC 41, o lucro ou prejuízo por ação deve ser calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo do período atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações em circulação durante o período.

3.8 Demonstração do fluxo de caixa (DFC)

As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas e apresentadas pelo método indireto de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 03 "Demonstração dos fluxos de caixa", emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

3.9 Novas normas, alterações e interpretações

As normas e interpretações emitidas, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, são abaixo apresentadas. A Companhia pretende adotar essas normas, se aplicável, quando entrarem em vigência.

3.10 IFRS 9 (CPC 48) - Instrumentos Financeiros

Em julho de 2014, o IASB emitiu o pronunciamento IFRS 9, que trata do reconhecimento e mensuração de ativos e passivos financeiros, além de contratos de compra e venda de itens não financeiros. Essa norma substitui o IAS 39 – *Financial Instruments: Recognition and Measurement*. Em dezembro de 2016, a CVM, através da Deliberação nº 763/16, aprovou o CPC 48, que equivale ao IFRS em questão. A adoção requerida a partir de 1º de janeiro de 2018.

Custo amortizado

Ativos financeiros mantidos pela Companhia são para gerar fluxos de caixas contratuais decorrentes do valor do principal e juros, quando aplicável, menos qualquer redução quanto à perda do valor recuperável. São classificados nesses itens os saldos de caixa e equivalentes de caixa com as variações reconhecidas no Resultado Financeiro.

Perdas Esperadas

Com base nas prerrogativas estabelecidas pelo CPC 48, mais especificamente no Apêndice B – Orientação de aplicação, no item B5.5.35, a Companhia utilizou um expediente prático para mensurar as perdas de crédito esperadas. Tal expediente prático consiste em uma matriz de perdas de mercado baseada em atraso de recebíveis comerciais, haja visto a impossibilidade da Companhia em utilizar a experiência histórica de sua carteira para tal.

3.11 IFRS 15 (CPC 47) – Receita de Contrato com Cliente

A Comissão de Valores Mobiliários, através da Deliberação CVM nº 762, datada em 22 de dezembro de 2016, aprovou e tornou obrigatória a aplicação do Pronunciamento Técnico CPC 47, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, que trata de receita de contrato com cliente, com aplicação a partir de 1º de janeiro de 2018.

Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros mantidos pela Companhia mensurados ao valor justo por meio do resultado, correspondem aos saldos de títulos e valores mobiliários, com as variações reconhecidas no Resultado Financeiro.

3.12 IFRS 16 (CPC 06-R2) – Arrendamentos

CPC 06 (R2) / IFRS 16 Operações de Arrendamento Mercantil IFRS 16, “Arrendamento”, emitido em janeiro de 2016. Esta norma tem como objetivo unificar o modelo de contabilização do arrendamento, exigindo dos arrendatários reconhecer como ativo ou passivo todos os contratos de arrendamento, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações contábeis dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 substitui a IAS 17 – Operações de Arrendamento Mercantil e correspondentes interpretações, no Brasil essas alterações serão tratadas como revisão do CPC 06.

A Companhia não identificou impactos decorrentes de contratos de arrendamento mercantil.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2018, o caixa e equivalentes de caixa, conforme registrado na demonstração dos fluxos de caixa, pode ser conciliado com os respectivos itens do balanço patrimonial, como demonstrado a seguir:

	31/12/2018	31/12/2017
Bancos - conta corrente	1.020	1.002
Aplicações financeiras de liquidez imediata (i)	7.415.627	
	7.416.647	1.002

(i) aplicações financeiras automáticas (Aplic. Aut. Mais), com liquidez imediata, realizadas junto ao Itaú Unibanco S.A., não possuem vencimento e podem ser resgatadas a qualquer momento, portanto, são consideradas como equivalentes de caixa.

5. Empréstimos e Recebíveis

A carteira de crédito é constituída pela aquisição de direitos creditórios elegíveis como lastro de operações de securitização financeira, através de operações de crédito pessoal (não consignada) de aposentados ou pensionistas do INSS originados pelo Banco BMB.

a) Descrição das características dos direitos creditórios

Os direitos creditórios da carteira de crédito da Securitizadora são oriundos de operações de crédito pessoal (não consignada) realizadas entre o Cedente e determinados clientes, que sejam aposentados ou pensionistas do Instituto Nacional da Seguridade Social (“INSS”) e que mantenham conta corrente ou conta benefício ativa no Cedente, recebimento do benefício pago pelo INSS na referida conta corrente ou conta benefício, e débito das parcelas de amortização, juros e quaisquer outros encargos ou despesas das referidas operações de crédito na mesma conta corrente ou conta benefício.

b) Critérios de elegibilidade e condições de cessão (ajustar numeração)

- a. os Direitos Creditórios deverão ser decorrentes de contratos que tenham, como Devedores, beneficiários do INSS na modalidade aposentado e/ou pensionista;
- b. Os Devedores deverão possuir conta corrente ativa junto ao Cedente há, pelo menos, 6 (seis) meses (“Conta-Corrente”) ou possuir conta benefício junto ao Cedente há, pelo menos 6 (seis) meses (“Conta Benefício”);
- c. Os Direitos Creditórios deverão ser decorrentes de empréstimos que fazem parte do produto “crédito pessoal com débito em conta”, cujo pagamento esteja sendo realizado regularmente mediante débito na Conta-Corrente ou na Conta Benefício, com comprometimento máximo de 10% (dez por cento) do benefício a que faz jus o Devedor;
- d. Os Direitos Creditórios deverão possuir prazo máximo remanescente de até 48 (quarenta e oito) meses;
- e. Os Direitos Creditórios deverão ser decorrentes de contratos de empréstimos em que já tenha ocorrido o pagamento da primeira parcela da respectiva dívida;
- f. Os Devedores deverão ter domicílio bancário nos Estados de São Paulo ou de Minas Gerais;
- g. Os Direitos Creditórios a serem cedidos devem ser oriundos de operações de crédito pessoal representadas por Termos de Contratação de Operação de Crédito Pessoal;

- h. Os Devedores dos Direitos Creditórios oferecidos à cessão devem ter idade entre 21 anos e 75 anos, 11 meses e 29 dias, inclusive; e, na data de cessão dos Direitos Creditórios, o valor total presente de cada um dos Termos de Contratação de Operação de Crédito Pessoal a ser cedido, calculado de acordo com a taxa de cessão, não poderá ser superior a R\$ 10.000,00; e
- i. O conjunto dos Direitos Creditórios cujos Devedores tenham idade acima de 70 (setenta) anos, inclusive, e até 75 (setenta e cinco) anos, 11 (onze) meses e 29 (vinte e nove) dias, inclusive; não poderá representar mais do que 10% (dez por cento) dos Direitos Creditórios;

c) Transferência dos riscos e benefícios de propriedade dos direitos creditórios

Os direitos creditórios são adquiridos pela Securitizadora sem coobrigação do cedente.

O Cedente não responde pela solvência ou solvibilidade dos devedores dos Direitos Creditórios, a serem cedidos ao Cessionário, uma vez que a cessão de direitos se opera sem coobrigação, porém é responsável pela existência, legalidade, legitimidade e veracidade dos Direitos Creditórios, neste ato adquiridos pelo Cessionário, nos termos do artigo 295 do Código Civil.

d) Composição dos recebíveis

Em 31 de dezembro saldo a seguir representa:

	31/12/2018
Carteira de crédito	12.630.391
Juros sobre carteira de crédito (a)	14.105.852
Total bruto da carteira	26.736.243
(-) Perdas de crédito esperadas	(2.282.723)
Total líquido da carteira	24.453.520

- (a) Refere-se substancialmente a aquisição de direitos de créditos financeiros que tem prazo médio de recebimentos de 30 dias.

e) Perdas Estimadas para Crédito de Liquidação Duvidosa

A provisão para crédito de liquidação duvidosa a serem constituídos segue a Resolução do CMN 2.682/99, que define e estabelece os critérios de classificação dos créditos da operação em virtude do entendimento da administração de tratar-se de um expediente prático extremamente aderente a operações de crédito, aceito para fim de estabelecimento das perdas esperadas de acordo com o CPC 48, de que a Companhia possua bases próprias para a determinação do comportamento de sua carteira de crédito.

A avaliação da necessidade de alterações na PECLD é realizada mensalmente

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, identificamos necessidade de constituição de PECLD cujo saldo na referida data base é de R\$ 2.282.723.

f) Provisão para Dação em Pagamento

A provisão para Dação em Pagamento foi constituída com base em evento futuro de dação de todo o produto adicional da securitizadora para os investidores. O cálculo é composto pelo caixa existente para a proteção dos investidores (fundo de reserva) e pela variação do excesso de spread existente nesta transação.

6. Impostos a recuperar

No exercício de 2018 o saldo de imposto de renda retidos na fonte sobre resgates de aplicações é de R\$ 24.780.

7. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo se refere basicamente a montantes a pagar com serviços de consultoria no valor de R\$ 9.583

8. Impostos a recolher

	31/12/2018	31/12/2017
IRRF terceiros	539	-
CSRF terceiros	1.671	-
	2.210	-

9. Debêntures

9.1 Condições da Escritura

De acordo a Escrituração das Debêntures, a captação de recursos visa arrecadar até R\$ 100.000.000,00 com a emissão de 100.000 (cem mil) de Debêntures, observado o disposto na Escritura a respeito da possibilidade de distribuição parcial, sendo que: **(1)** a 1ª série é composta por 80.000 Debêntures DI; e **(2)** a 2ª série é composta por 20.000 Debêntures também remuneradas por DI;

A companhia realizou a 1ª integralização das duas séries em 31 de janeiro de 2018, para série sênior e 01 de fevereiro de 2018 para serie subordinada.,

9.1.2 1ª Série de Debêntures

Em 18 dezembro de 2017, a companhia emitiu a primeira série de debentures no total de 80.000 quantidades no Preço Unitário (PU) de R\$ 1.000,00.

No dia 31 de janeiro de 2018 foram integralizados o montante de 28.812 debentures no valor de R\$ 28.812.000,00.

Em 21 de março de 2018 a companhia integralizou mais 2.773 debentures, com PU de R\$ 1.016,25, totalizando um montante de R\$ 2.818.061,25.

E por fim, em 16 de maio de 2018, foram integralizados mais 6.441 debentures, com PU de R\$ 1.034,87, que totalizaram R\$ 6.665.597,67.

O montante captado nas 3 (três) integralizações da Série Sênior somou-se R\$ 38.295.658,92 que foram destinados a aquisição de carteira do banco BMB.

a) Remuneração

A primeira série de debêntures terá juros remuneratórios que correspondem a 100% da Taxa DI, acrescida de sobretaxa de 6,0% ao ano. O cronograma de pagamentos é dividido em liquidação de juros e amortização do principal.

A liquidação dos juros e principal ocorre mensalmente até a data de vencimento das debêntures, após o período de carência de 3 meses, a partir da data da 1ª (primeira) integralização.

b) Garantia

De acordo o lastro da debênture na data da primeira integralização a carteira de crédito possuía como lastro R\$ 34.715.244,45 em créditos, com 17% de subordinação.

c) Risco de crédito

O principal motivo de inadimplência dos direitos créditos que compõe a carteira ocorre no momento em que aposentados e/ou pensionistas transferem os seus benefícios para a conta de uma outra instituição financeira. Além disso, há também o risco de óbito dos devedores que contrataram o empréstimo pessoal com débito em conta.

9.3 2ª Série de Debêntures

Em 18 dezembro de 2017, a companhia emitiu a segunda série de debentures no total de 20.000 quantidades no Preço Unitário (PU) de R\$ 1.000,00.

No dia 01 de fevereiro de 2018 foram integralizados o montante de 5.903 debentures no valor de R\$ 5.903.000,00.

Em 21/03/2018 a companhia integralizou mais 558 debentures, com PU de R\$ 1.036,09, totalizando um montante de R\$ 578.138,22.

E por fim, em 16 de maio de 2018, foram integralizados mais 1.264 debentures, com PU de R\$ 1.080,20, que totalizaram R\$ 1.365.372,80.

O montante captado nas 3 integralizações da Série Subordinada somaram-se R\$ 7.846.511,02 que foram destinados a aquisição de carteira do BMB.

a) Remuneração

A segunda série de debêntures terá juros remuneratórios que correspondem a 100% da Taxa DI, acrescida de sobretaxa de 23,91% ao ano. O cronograma de pagamentos é dividido em liquidação de juros e amortização do principal.

A liquidação dos juros e principal ocorrerá após liquidação integral da série sênior, mensalmente até a data de vencimento das debêntures.

9.4 Composição das obrigações com debêntures

Em 31 de dezembro o saldo das debêntures somava:

Cotas Sênior	31/12/2018
Saldo 31 de dezembro de 2017	-
Integralização de cotas	38.295.688
Juros de debêntures	3.082.276
Pagamento aos debenturistas (i)	(23.279.622)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	18.098.342

(i) Valores referentes a pagamentos de juros remuneratórios, amortização e amortização extraordinária.

Cotas Subordinada	31/12/2018
Saldo 31 de dezembro de 2017	-
Integralização de cotas	7.846.521
Juros de debêntures	2.065.897
Saldo em 31 de dezembro de 2018	9.912.418

9.5 Outras obrigações com Debêntures

Em 31 de dezembro de 2018, os saldos das dações das debêntures somavam:

	31/12/2018
Total	12.530.988
Dação debentures (i)	12.530.988

(i) Os saldos com outras obrigações referem-se aos valores a serem pagos com dação em pagamento para os debenturistas de acordo com o recálculo mensal do fundo de reserva e do excesso de spread entre a taxa da carteira e taxa da cessão.

10. Transações com partes relacionadas

A Companhia possui saldo a pagar com partes relacionadas, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2018	31/12/2017
Travessia Assessoria Financeira Ltda.	369	2

11. 1 Patrimônio líquido

O Capital Social da Companhia, era de R\$ 10.000, representando 10.000 (dez mil) ações ordinárias, dos quais R\$ 1.000 foram integralizados na fase pré-operacional. Desta forma, em 31 de dezembro de 2018, o capital social está dividido em 10.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal e distribuído entre os acionistas da seguinte forma:

	ON	%
Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa	1	0,001%
Travessia Assessoria Financeira Ltda	9.999	99,999%
Total patrimônio líquido	10.000	100,000%

11.2 Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)

A companhia foi constituída exclusivamente para fins de emissão de debêntures, sendo uma operação estruturada, e a mesma será encerrada ao final da operação.

Em 31 de dezembro de 2018 a companhia apresentou um passivo a descoberto de R\$ 8.658.963, em virtude do descasamento da operação ocorrido durante o exercício e que serão revertidos nos próximos períodos. Atualmente a companhia possui um fundo de reserva que cobre quase todo o saldo devedor das obrigações.

	Capital social	Capital a integralizar	Lucros/(prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2017	10.000	(9.000)	-	1.000
Capital integralizado	-	9.000	-	9.000
Resultado do exercício	-	-	(8.668.963)	(8.668.963)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	10.000	-	(8.668.963)	(8.658.963)

12. Receitas operacionais

Em 31 de dezembro de 2018 a composição das receitas auferidas pelos juros de operações com debêntures é de R\$ 14.105.852.

13. Custo dos serviços prestados

	2018
Gestão de carteiras	(427.488)
Custo cetip	(7.022)
Escrituração de cotas	(28.500)
Agente fiduciário	(24.576)
Custódia	(80.000)
Taxas emissão debêntures	(32.675)
Gestão de debêntures	(1.540.985)
Anúncios e publicações	(16.926)
Honorários advocatícios	(298.007)
Cobrança de carteira	(280.000)
Desenvolvimento de sistemas	(46.300)
Despesa com debentures	(5.148.173)
Outros custos com debêntures (I)	(12.530.988)
	(20.461.640)

- (II) Os saldos com outros custos com debêntures referem-se a reversões dos valores a serem pagos com dação em pagamento de acordo com o recálculo mensal.

Ainda sob a dação de pagamento, e seguindo a Clausula 5.4.2 da Escritura de Emissão, o fluxo financeiro excedente após a quitação da totalidade dos valores devidos aos debenturistas da primeira série, poderá ser utilizado para o resgate facultativo da segunda série, por meio da dação em pagamento, incluindo créditos adimplentes e inadimplentes, além dos recursos que estão no caixa da cia.

Em 31 de dezembro de 2018 houve reversão de custos com debêntures no valor de R\$ 5.052.345.

O saldo com outras receitas com debêntures referem-se a reversões dos valores a serem pagos com dação em pagamento de acordo com a projeção mensal da carteira.

O valor de R\$ 17.583.332,76, refere-se à variação mensal do fundo de reserva e do excesso de spread entre a taxa da carteira e taxa da cessão. Desse total, 5.052.344,61 foram revertidos ao longo de 2018, fechando o exercício social de 31/12/2018 com um saldo residual de R\$ 12.530.988,15.

14. (Despesas) receitas operacionais

2018

Assessoria contábil	(59.584)
Serviços pessoa jurídica	(11.569)
Impostos e taxas diversas	(5.554)
Outras gerais e administrativas	(66.875)
	(143.582)

15. Resultado financeiro

O resultado financeiro é composto pelas receitas auferidas exclusivamente por aplicações financeiras, recebíveis financeiros da carteira de crédito, reduzidos das despesas financeiras, conforme demonstrado a seguir:

2018

Receitas de aplicações financeiras	114.660
Receitas financeiras	30
Despesas financeiras	(1.560)
	113.130

16. Eventos subsequentes

Não ocorreram eventos subsequentes relevantes após a data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

* * *